

Universidade Metodista de Piracicaba
Faculdade de Direito

CAROLINA CISLAGHI RIVERO

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS COMO
INSTRUMENTOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO
DA IGUALDADE**

Piracicaba/SP

2014

CAROLINA CISLAGHI RIVERO

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS COMO
INSTRUMENTOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO
DA IGUALDADE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com área de concentração em Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Richard Pae Kim

Piracicaba/SP

2014

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Luciene Cristina Correa Ferreira CRB-8/8235

R621d Rivero, Carolina Cislaghi
Os direitos fundamentais sociais como instrumentos para a concretização do princípio da igualdade./Carolina Cislaghi Rivero. – Piracicaba, SP: [s.n.], 2014.
187f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito / Programa de Pós- Graduação em Direito - Universidade Metodista de Piracicaba, 2014.
Orientador: Dr. Richard Paulo Pae Kim.
Inclui Bibliografia

1. Direito Constitucional. 2. Direitos Fundamentais Sociais. 3. Princípio da Igualdade. I. Kim, Richard Paulo Pae. II Universidade Metodista de Piracicaba. III Título.

CDU 34

CAROLINA CISLAGHI RIVERO

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS COMO
INSTRUMENTOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO
DA IGUALDADE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com área de concentração em Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Richard Pae Kim
Universidade Metodista de Piracicaba

Prof. Dr. José Fernando Vidal de Souza
Universidade Metodista de Piracicaba

Prof. Dr. Rubens Beçak
Universidade de São Paulo

Piracicaba/SP, 28 de abril de 2014.

Aos meus queridos pais, Regina e João Miguel, com todo o meu amor e eterna gratidão, dedico mais esta conquista, na tentativa de retribuir um pouco do muito que têm feito em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de externar e registrar meus agradecimentos e sinceras homenagens a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho, tão significativo e precioso para mim.

Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, pela presença constante em minha vida, especialmente nas adversidades e nos momentos em que os desafios pareciam invencíveis, rendo graças e louvo a Deus pela oportunidade de amadurecimento intelectual e pessoal que me foi concedida.

Por tudo o que fizeram e continuam fazendo pela minha felicidade, agradeço aos meus pais, Regina e João Miguel. Não haverá palavras suficientes e adequadas para expressar, com justiça, a importância que têm em minha vida.

Pela torcida, colaboração e presença em minha vida, agradeço a minha irmã, Marília.

Pelo incentivo e apoio incondicional, sou grata aos meus avós, Cléia Maria e Carlos Roberto, minhas verdadeiras paixões e inspirações.

Ao Prof. Dr. Richard Pae Kim, meu orientador, pessoa que admiro desde os tempos do Curso de Graduação, meus sinceros agradecimentos pela efetiva contribuição para a elaboração deste trabalho e por me permitir ter o prazer e a honra de desfrutar um pouco do seu imenso saber jurídico.

Aos demais professores do Curso de Mestrado em Direito da UNIMEP com os quais tive a oportunidade de conviver, rendo minhas homenagens pelas preciosas lições, de Direito e de vida, que me foram transmitidas.

Pela confiança em mim depositada ao me conceder a oportunidade de realizar o estágio de docência sob sua supervisão, junto ao Curso de Graduação da

UNIMEP, quero registrar um agradecimento especial ao professor e amigo Sérgio de Oliveira Silva Júnior.

Aos queridos colegas Bruno Lopes Rozado e Vanessa Vieira Quiles, o meu sincero agradecimento pela amizade, compreensão, e incentivo constante ao longo deste trabalho tão importante para mim.

À secretária da Coordenação do Curso de Mestrado em Direito, Sueli Catarina Verdicchio Quilles, sempre tão atenciosa e solícita, agradeço pela colaboração ao longo de toda a minha passagem pelo Curso.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à UNIMEP e à CAPES, pela concessão das bolsas de estudos, imprescindíveis à realização deste sonho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar, no âmbito da realidade brasileira, os direitos fundamentais sociais enquanto instrumentos para a concretização do princípio da igualdade em sua dimensão material. Optou-se por um estudo inicial a respeito da evolução dos direitos fundamentais, sob a perspectiva da clássica teoria das gerações de direitos, inaugurada por Karel Vasak, no ano de 1979. Em seguida, o estudo voltou-se especialmente ao princípio da igualdade. Nesse ponto da pesquisa, optou-se pela realização de breve estudo acerca da distinção entre regras e princípios, essencialmente calcada nos ensinamentos de Ronald Dworkin e Robert Alexy. Pesquisou-se o significado jurídico do princípio da igualdade, na tentativa de se vislumbrar o real conteúdo que dele pode ser extraído, analisando o que se julgou por bem denominar dimensões do referido princípio. Na sequência, tendo em vista o caráter não absoluto dos direitos fundamentais, dentre os quais se inclui a própria igualdade, a pesquisa voltou-se à análise das restrições (limitações) a eles impostos, inclusive pelo próprio texto constitucional, lançando mão, para tanto, das ideias de direitos e deveres *prima facie* e definitivos, bem como das teorias interna e externa dos direitos fundamentais. A parte subsequente da dissertação foi dedicada ao estudo dos direitos fundamentais sociais propriamente ditos. Nessa oportunidade, foram abordados os traços característicos desses direitos, os quais foram conquistados com o objetivo precípuo de minimizar as graves desigualdades fáticas que a realidade social evidencia, com vistas à concretização do princípio da isonomia. Cuidou-se, ainda, de apresentar as principais características das normas consagradoras dessa gama de direitos no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro. Por fim, considerando que grande parte dos direitos fundamentais sociais foram previstos pelo legislador constituinte por meio de normas de baixa densidade normativa, foi abordada a questão das políticas públicas e das ações afirmativas, enquanto verdadeiras iniciativas em busca da promoção da justiça social.

Palavras-chave: Direito Constitucional – Direitos fundamentais sociais – Princípio da igualdade.

ABSTRACT

This dissertation's main goal is to analyze, within the Brazilian reality, the social fundamental rights as instruments for the equality principle's implementation, especially in its material dimension. It was chosen to do an initial study about the fundamental rights' evolution from the perspective of the classical theory of rights' generations, inaugurated by Karel Vasak, in 1979. Then, the study turned specifically to the equality principle. At this point of the research, it was decided to carry out brief survey about the distinction between rules and principles, essentially grounded in the teachings of Ronald Dworkin and Robert Alexy. The legal significance of the equality principle was researched, in an attempt to discern the actual content that can be extracted by this principle, analyzing what was chosen to be called the dimensions of the equality principle. Then, considering the non-absolute character of fundamental rights, among which equality itself is included, the research turned to the analysis of restrictions (limitations) imposed on them, including by the Constitution itself, resorting to the ideas of *prima facie* and definitive rights and duties, as well as internal and external theories of fundamental rights. The subsequent part of this dissertation was dedicated to the study of the social fundamental rights themselves. At this point, the research turned to the analysis of the main characteristics of these rights, which were conquered with the primary objective of minimizing the serious factual inequalities that social reality shows, aiming to implement the equality principle. Then, the main characteristics of the standards that contemplate the social fundamental rights in national law were researched. Finally, considering that much of the social fundamental rights were provided by the constitutional legislator through normative standards with low density, the issue of public policy and affirmative action, while real initiatives in pursuit of social justice, was researched.

Keywords: Constitutional law – Social fundamental rights – Equality principle.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CF – Constituição Federal

DNA – Ácido desoxirribonucleico

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PIB – Produto Interno Bruto

LISTA DE SIGLAS

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

Sistema PED – Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUS – Sistema Único de Saúde

PNAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E AS SUAS GERAÇÕES	19
1.1 Direitos do homem, direitos humanos e direitos fundamentais: conceitos e terminologia	19
1.2 Considerações iniciais sobre a clássica teoria das gerações de direitos fundamentais	24
1.3 Liberdade: as Revoluções liberais e os direitos fundamentais de primeira geração	34
1.4 Igualdade: o Direito do pós-guerra e os direitos fundamentais de segunda geração	44
1.5 Fraternidade: a proteção da coletividade e os direitos fundamentais de terceira geração	54
2 CONTEÚDO JURÍDICO E DIMENSÕES DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	59
2.1 Breves apontamentos acerca da distinção entre regras e princípios	60
2.2 O conteúdo jurídico do princípio da igualdade e a ordem constitucional brasileira	70
2.3 Apontamentos sobre as dimensões do princípio da igualdade: igualdade formal e igualdade material	80
3 LIMITES OU RESTRIÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	97
3.1 Retomando as ideias de direitos ou deveres <i>prima facie</i> e direitos ou deveres definitivos	101
3.2 Considerações sobre a teoria interna e a teoria externa dos direitos fundamentais	106
3.3 Os limites dos limites	119

4 DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E PRINCÍPIO DA IGUALDADE	129
4.1 Reflexões sobre os direitos fundamentais sociais	134
4.2 A relevância das políticas públicas e das ações afirmativas para a concretização do princípio da igualdade	153
4.2.1 Políticas públicas: ações estatais para a realização dos direitos fundamentais sociais	156
4.2.2 Ações afirmativas: discriminações positivas em busca da redução das desigualdades	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	175